

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.422 - MG (2019/0128031-9)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : DAYVID FERNANDES FONTES (PRESO)
ADVOGADOS : EDSON MAURO OLIVEIRA - MG115164
ALINE GISELE SILVA - MG170591
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por DAYVID FERNANDES FONTES em face do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou o *writ* de origem em acórdão assim ementado (fls. 83-84):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP - PRISÃO MANTIDA. NEGATIVA DE AUTORIA - DILAÇÃO PROBATÓRIA - INVIABILIDADE. POSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA PENA EM REGIME MENOS GRAVOSO - INOPORTUNIDADE. CRIME COM PENA MÁXIMA APLICADA SUPERIOR A QUATRO ANOS - DENEGAR A ORDEM. I - A decisão que converte a prisão em flagrante em preventiva para resguardo da ordem pública, tendo em vista os atos e comportamentos concretos do imputado, não consubstancia constrangimento ilegal, especialmente quando se constata, em uma análise apriorística, indícios suficientes de seu envolvimento com a atividade criminosa. II - Discussões acerca da materialidade e da autoria delitivas, quando demandam dilação probatória, não são permitidas na estreita via do Habeas Corpus, pois se referem à matéria de mérito a ser discutida durante a instrução processual. III - A afirmação de que uma possível condenação acarretará em cumprimento de pena menos gravosa do que a prisão cautelar, sendo desproporcional a manutenção do paciente em cárcere, não ocasiona, por si só, a concessão do benefício pleiteado, vez que a análise de fixação da pena, regime de cumprimento e da concessão de eventuais benefícios não é cabível em sede de habeas corpus, por demandar análise de provas e de circunstâncias que somente após o encerramento da instrução criminal poderão ser aferidas. IV - Presentes os requisitos do art. 312 do CPP, é admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos (art. 313, I, do CPP). V.V. I. A doutrina e jurisprudência entendem que toda e qualquer espécie de prisão, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, tem natureza cauteiar, o que significa dizer, deve estar devidamente comprovada a necessidade de tal restrição da liberdade. II. Não havendo elementos concretos nos autos que autorizem a medida extrema, a concessão da liberdade provisória é medida que se impõe.

O recorrente foi preso em flagrante em 8/3/2019, convertido em preventiva, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei

11.343/06.

Neste recurso argumenta-se, em suma, a ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 da mesma lei processual.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas às fls. 148-180.

Manifestou-se o Ministério Público Federal pelo improvimento recursal.

Na origem, o processo n. 0015434-08.2019.8.13.0040, oriundo da Vara Criminal de Araxá/MG, encontra-se na fase de apresentação de defesa prévia, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* em 3/6/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta do decreto preventivo (fl. 54 - com destaque):

[...] Por outro lado, reconheço estarem presentes, in casu, os requisitos da prisão preventiva, em prol da garantia da ordem pública, uma vez que há indícios suficientes a demonstrar o envolvimento dos acautelados, pelo menos nesta fase inicial das investigações policiais, na reiterada prática de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, já que, a princípio, **fora apreendida expressiva quantidade de drogas fracionadas e embaladas, além de balanças digitais**, em condições suspeitas, por ora não esclarecidas, demonstrando, pelo menos nesta fase investigatória inicial, a necessidade premente da manutenção de suas custódias provisórias.[...]

Como se vê, expôs o decreto prisional fundamentação idônea com esteio na quantidade expressiva de droga apreendida, qual seja: 512,40g de maconha e 9,60g de cocaína (fl. 88).

Pacífico é o entendimento nesta Corte de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min.

Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Por fim, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator